

Os dilemas da representação política LGBTI+: notas sobre as eleições legislativas municipais de 2020 no Brasil

Pedro Barbabela¹

Resumo: Nos últimos anos, observamos um aumento tímido, mas expressivo de pessoas LGBTI+ ocupando cargos eletivos de poder. Segundo levantamento realizado pelo autor, o ano de 2012 foi marcado pela eleição de 27 pessoas, o número aumentou para 44 em 2016 e, em 2020, foram eleitas 121 pessoas vereadoras LGBTI+ no Brasil. Assim, o presente artigo tem como propósito apresentar dados e algumas interpretações a respeito da representação de pessoas LGBTI+ que ocupam cargos eletivos nas Câmaras Municipais brasileiras. Os dados foram construídos durante o processo eleitoral em 2020 por meio do entrecruzamento de levantamentos de diversas organizações da sociedade civil, partidos políticos e a partir do acompanhamento de alguns casos. Os diferentes contextos nos quais pessoas LGBTI+ que ocupam espaços institucionais estão inseridos apontam para uma potencialidade de análises e compreensões de realidades invisibilizadas e apagadas pelos estudos na Ciência Política brasileira.

Palavras-chave: Representação Política LGBTI+; Câmara de Vereadores; Eleições 2020; Brasil.

¹ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCP/UFMG). Mestre em Ciência Política (PPGCP/UFMG). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher (NEPEM/UFMG) e do Centro do Interesse Feminista e de Gênero (CIFG/UFMG).

O ano de 1992 representou um avanço na luta dos movimentos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersexo (LGBTI+) no Brasil por meio da eleição de duas pessoas abertamente LGBTI+² para o cargo de vereadora³ em dois municípios do país⁴. Cada uma dessas pessoas percorreu caminhos muito próprios no campo político, enfrentando diferentes dilemas durante o processo eleitoral e depois de eleitas. Katia Tapety, por um lado, entrou para a história como a primeira travesti a ser eleita no país. A vereadora obteve a votação mais expressiva em uma das primeiras eleições municipais realizadas no município de Colônia, no estado do Piauí, tendo sido reeleita para mais dois mandatos como vereadora (1997-200, 2001-2004) e um como vice-prefeita da cidade (2005-2008). Importante pontuar que Katia vinha de uma família com grande influência política em Colônia. Mesmo sendo marginalizada por seu pai, a vereadora estabeleceu relações com pessoas importantes, o que a tornou referência na cidade (GONTIJO, 2014; TREVISAN, 2018).

Por outro lado, no município de Coqueiro Seco (AL), Renildo José dos Santos foi eleito para seu primeiro mandato parlamentar. Durante toda a campanha, Renildo não falou sobre sua bissexualidade, o que veio a ocorrer durante uma entrevista de rádio já em seu primeiro ano como vereador. Após a declaração, a Câmara de vereadores de Coqueiro Seco afastou o parlamentar alegando quebra de decoro. Após um período afastado, quando da data de retorno das atividades, o vereador foi sequestrado, morto e esquartejado. Os culpados saíram impunes do crime (COLAÇO, 2012; GREEN, 2019).

² Nesse texto, utilizamos como referência a sigla LGBTI+ para referir à comunidade de lésbicas, gays, travestis e transexuais, pessoas intersexo e outras identidades não-cis-heteronormativas. A utilização da sigla está em conformidade com a nomenclatura adotada por organizações internacionais, como a *International Gay and Lesbian Association* (ILGA) e a Organização das Nações Unidas (ONU).

³ De forma a tornar a linguagem mais inclusiva e de certo modo subversiva, utilizaremos no presente trabalho o gênero linguístico feminino para generalizações. Assim, quando nos referimos a vereadoras LGBTI+, reconhecemos que existem indivíduos com diferentes identidades e gêneros que pertencem ao grupo.

⁴ O primeiro político abertamente LGBTI+ eleito no Brasil foi o deputado estadual João Baptista Breda (MDB/SP), eleito em 1978 pelo estado de São Paulo. Após o processo de redemocratização, Breda filiou-se ao Partido dos Trabalhadores e passou a compor a primeira bancada do partido no legislativo paulista (DE LA DEHESA, 2010; ALESP, 2016).

Os casos de Katia e Renildo representam as diferentes dinâmicas enfrentadas por pessoas LGBTI+ que participam do jogo eleitoral, apontando para múltiplas e complexas dimensões que perpassam questões partidárias e sociais e afetam a carreira política de cada pessoa candidata.

A Ciência Política brasileira, no entanto, ignorou durante muitos anos as experiências das pessoas LGBTI+ inseridas em contextos da política institucional local, principalmente nas Câmaras de vereadoras dos municípios brasileiros. Muito se tem produzido sobre os processos de judicialização de direitos LGBTI+ e a construção de políticas públicas específicas para o grupo social (VIANNA, 2015; MOTTA, 2016; PEREIRA, 2017), porém observamos um silenciamento de estudos sobre a representação na institucionalidade, o que poderia ser explicado pela baixa presença, senão ausência, dessas agentes nos parlamentos no país.

Nos últimos anos, porém, observamos um aumento tímido de pessoas LGBTI+ ocupando cargos eletivos de poder. Segundo levantamento realizado pelo autor, o ano de 2012 foi marcado pela eleição de 27 pessoas, o número aumentou para 44 em 2016, enquanto 121 pessoas LGBTI+ foram eleitas vereadoras em 2020 no Brasil. Argumentamos que a entrada na institucionalidade sinaliza para a adoção de uma estratégia de atuação junto às estruturas do Estado como forma de conter os avanços de pautas neoconservadoras, a partir de uma lógica de luta por direitos, principalmente em âmbito local.

O presente artigo tem como propósito apresentar dados e algumas interpretações a respeito da representação de pessoas LGBTI+ que ocupam cargos eletivos nas Câmaras Municipais brasileiras. Esses foram produzidos por meio de um processo composto por duas etapas. Em um primeiro momento, identifiquei as pessoas LGBTI+ por meio de notas escritas por associações como a ABGLT⁵, a ANTRA⁶, a APOGLBT⁷,

⁵ Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos.

⁶ Associação Nacional de Travestis e Transexuais.

⁷ Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo.

Aliança Nacional LGBT e partidos políticos. Além disso, realizei um levantamento em jornais, revistas e portais sobre matérias que versavam sobre o tema. Em seguida, a partir da identificação dessas pessoas, reuni informações do site do Tribunal Superior Eleitoral. As informações levantadas foram: região, estado, município, nome na urna, nome completo, partido, número na urna, gênero, data de nascimento, raça, estado civil, ocupação, naturalidade, grau de escolaridade, coligação, eleitores no município, número de votos recebidos e se a vereadora já havia sido eleita em outra eleição.

Gostaria de ressaltar que não existem dados oficiais produzidos pelo Estado brasileiro que identifiquem as pessoas candidatas a partir da orientação sexual e/ou identidade de gênero. Nesse sentido, diversos movimentos sociais têm produzido conhecimentos a partir de suas bases com o intuito de preencher uma lacuna de entendimentos e significados que entrecruzam a realidade das pessoas LGBTI+. Assim, como os dados não são contabilizados por órgãos oficiais, o banco de dados é marcado por lacunas e vieses.

Além disso, é importante me localizar frente ao meu trabalho, pois me entendo enquanto uma pesquisadora e uma agente política. Sendo assim, minha pesquisa é socialmente implicada e eticamente orientada para com minhas interlocutoras de pesquisa e a conjugação dessas minhas identidades impacta na forma como eu traduzo as dinâmicas e colaboro com a construção desse campo de estudo.

O presente trabalho está dividido em duas seções, para além da introdução e das considerações finais. Na primeira parte, apresentarei um compilado de discussões sobre as interações entre o movimento LGBTI+ e o Estado brasileiro, argumentando como a maior parte das ações foram tomadas pelo Executivo e Judiciário federal e apontando para a ausência de produção de políticas e de estudos sobre a representação política de pessoas LGBTI+. Em um segundo momento, apresentarei alguns dados construídos pelo levantamento realizado sobre pessoas LGBTI+ eleitas em 2020 para o cargo de

vereadora e esboçarei algumas reflexões importantes sobre o processo eleitoral para o segmento.

O movimento LGBTI+ e o Estado brasileiro

Nos últimos anos, muito se tem discutido sobre as diferentes estratégias de entrada na institucionalidade, as relações com os partidos políticos e a representação de grupos minoritários na arena política formal (PHILLIPS, 1998; MANSBRIDGE, 1999; YOUNG, 2002; 2006). A maior parte dos trabalhos foca na entrada de mulheres e indivíduos de determinados grupos étnico-raciais na institucionalidade, abordando questões relativas às barreiras de acesso, recrutamento partidário e a importância da presença desses indivíduos no processo democrático. No que tange às discussões envolvendo a (tentativa de) entrada de pessoas LGBTI+ na institucionalidade, observamos ainda uma baixa produção acadêmica no Brasil e no mundo. Além disso, as poucas pesquisadoras que desenvolvem pesquisas sobre a temática as fazem com um foco majoritariamente no contexto anglófilo.

No que se refere à participação na esfera pública, os segmentos LGBTI+ estão organizados no Brasil desde 1978⁸ e vêm buscando articular relações entre si, com outros agentes sociais e com o Estado para a garantia de demandas específicas. As relações estabelecidas entre representantes dos movimentos LGBTI+ e o Estado assumiram formas de interação diversas ao longo da história, variando entre modelos conflitivos e cooperativos em relação ao reconhecimento do segmento e à formulação de políticas e programas específicos.

⁸ No Brasil, o “*Somos: grupo de afirmação homossexual*”, criado em 1978 em São Paulo, é compreendido como o primeiro movimento organizado de homossexuais (pessoas LGBTI+) voltado para questões políticas (TREVISAN, 2018). Torna-se necessário pontuar que antes de 1978 já existiam grupos e espaços de sociabilidade voltados para o segmento (MORANDO, 2018).

A fim de compreender temporalmente essas ações, Regina Facchini (2005) propõe a metáfora das ondas⁹. Para a autora, os movimentos LGBTI+ teriam passado por três principais ondas. A primeira corresponderia ao período entre a segunda metade da década de 1970 e meados da década de 1980, que marcou o surgimento e expansão dos movimentos e uma relação conflitiva com o Estado, que organizava uma perseguição moral¹⁰ e não reconhecia a plena cidadania dessas agentes. Por sua vez, a segunda onda, vivida durante a segunda metade da década de 1980, teria sido marcada pela epidemia de HIV/AIDS e a reconfiguração dos movimentos brasileiros, que passaram por uma rápida profissionalização de suas ativistas, as quais buscaram se relacionar com o Estado por meio de Organizações Não-Governamentais (ONGs). Já a terceira onda, iniciada na década de 1990, no período pós redemocratização, seria caracterizada pela institucionalização do movimento junto ao Estado, a partir da participação das agentes em conselhos e conferências e na formulação de políticas.

Na esfera da política institucional, as temáticas relativas à luta pela livre orientação sexual e identidade de gênero ocupam uma posição relativamente marginal nas discussões ocorridas nas instituições representativas no Brasil. Em esfera federal, as conquistas dos movimentos LGBTI+ se efetivaram via Judiciário e Executivo¹¹. Podemos citar a criação de políticas públicas, como o programa “Brasil sem Homofobia” (2004), o reconhecimento da união estável (2011) e do casamento entre pessoas do mesmo sexo (2013), a retificação dos documentos de travestis e transexuais

⁹ As discussões que envolvem movimentos sociais e sua evolução por meio da metáfora das ondas traz consigo alguns problemas conceituais e interpretativos. Nesse sentido, é importante pontuarmos que a ideia das ondas não significa que as lutas e demandas de momentos anteriores foram superadas, mas sim que ao mesmo tempo que surgem novas pautas e reivindicações, questões e conflitos antigos continuam a estar presentes estabelecendo novos enquadramento de discussões e estratégias coletivas.

¹⁰ Refiro-nos às diversas tentativas das autoridades policiais que buscavam através do apelo à moral enquadrar comportamentos sexuais dissidentes como obscenos e imorais. Tal justificativa fora utilizada pelos órgãos policiais e outras autoridades para perseguir homossexuais, travestis e indivíduos desviantes e manter uma suposta ordem social. Vale lembrar que no período da ditadura militar existia uma Delegacia dos Costumes que fiscalizava as ações de indivíduos desviantes (MORANDO, 2018).

¹¹ Acreditamos que as ameaças atuais aos movimentos e pautas de gênero e sexualidade nascem como uma reação organizada à tentativa de estabelecer políticas do Executivo federal nos governos petistas.

(2018), a criminalização da LGBTIfobia (2019) e a possibilidade de doação de sangue por homens que fazem sexo com outros homens (2020). Na arena legislativa, no entanto, a questão tem sofrido grande oposição por parte das bancadas conservadoras que impedem o avanço dessa pauta. As ações dessas parlamentares variam desde a obstrução de iniciativas de leis favoráveis ao segmento até a apresentação de legislações que buscam restringir os direitos LGBTI+, além do bloqueio de ações advindas do Executivo federal¹² (SANTOS, 2016).

A população LGBTI+ ainda encontra dificuldades de acesso e permanência em cargos eletivos. Prova disso, observando a esfera legislativa federal, é que desde o processo de redemocratização até 2020 tivemos apenas cinco deputadas federais que se autodeclararam LGBTI+, sendo elas Clodovil Hernandez do PTC/SP (2007-2009), Jean Wyllys do PSOL/RJ (2011-2019), Marcelo Calero do PPS/RJ (2019 até o momento), David Miranda do PSOL/RJ (2019 até o momento) e Vivi Reis do PSOL/PA (2021 até o momento). Esta última assume o cargo de deputada federal após o resultado do processo eleitoral de 2020 que garantiu a eleição do deputado Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) para prefeitura de Belém. Vivi Reis, suplente à vaga e vereadora eleita no município de Belém (2020), assume o cargo, tornando-se a primeira mulher abertamente bissexual na Câmara dos Deputados. No ano de 2018 foi eleito, também, o primeiro senador abertamente LGBTI+ pelo Espírito Santo, Fabiano Contarato da REDE/ES (2019 até o momento).

Quando olhamos para a esfera municipal, observamos uma dinâmica um pouco diferente. Por mais que haja uma sub-representação ou mesmo ausência de pessoas LGBTI+ eleitas, tal número tem aumentado paralelamente ao avanço conservador em curso no país. Podemos indicar como hipótese, a ser confirmada em pesquisas futuras,

¹² Posso citar o projeto “Escola sem Homofobia” que, em 2011, por meio de campanha contrária organizada por setores conservadores do Congresso Nacional, passou a ser conhecido como “Kit Gay”. Nas eleições de 2018, o “Kit Gay” foi empregado de maneira estratégica durante a campanha de Jair Bolsonaro a fim de influenciar a opinião pública do eleitorado.

que o aumento de candidaturas LGBTI+ nos âmbitos federal e estadual em 2018 são desdobramentos de ações que já estavam em andamento nas eleições municipais de 2016. Como apontam pesquisas (HAIDER-MARKEL, 2010), a lógica de representação local se apresenta de forma diferenciada do nível federal, permitindo o acesso de forma relativamente mais facilitada desses indivíduos a cargos em níveis municipais.

Segundo Santos (2016), é possível observar um aumento considerável no número de candidaturas LGBTI+ e de pessoas eleitas, nas eleições locais para prefeitas e vereadoras. De 2004 a 2012, houve um aumento de cerca de 113% no percentual de candidaturas, passando de 81 candidatas para 173. Já nas eleições municipais de 2016, o número de candidaturas apresentou um aumento mais expressivo: 377 candidatas ligadas ao segmento LGBTI+ disputaram o pleito, segundo dados da ABGLT (BEZERRA, 2016), com uma predominância de candidaturas concentradas na região Sudeste do país¹³.

Diante desse cenário de aumento de candidaturas políticas de pessoas LGBTI+ ao longo dos anos observamos uma ausência de formulações teóricas, principalmente no campo da Ciência Política, que busquem compreender as dinâmicas que perpassam a representação política LGBTI+ em âmbito local no Brasil. Dessa forma, no presente artigo buscarei dar um primeiro passo. Na seção seguinte, intento preencher essa lacuna de conhecimento sobre as dinâmicas que imperam a representação LGBTI+ em nível local no Brasil por meio da apresentação de alguns dados construídos pela autora e reflexões sobre as realidades experienciadas por pessoas LGBTI+ eleitas em 2020.

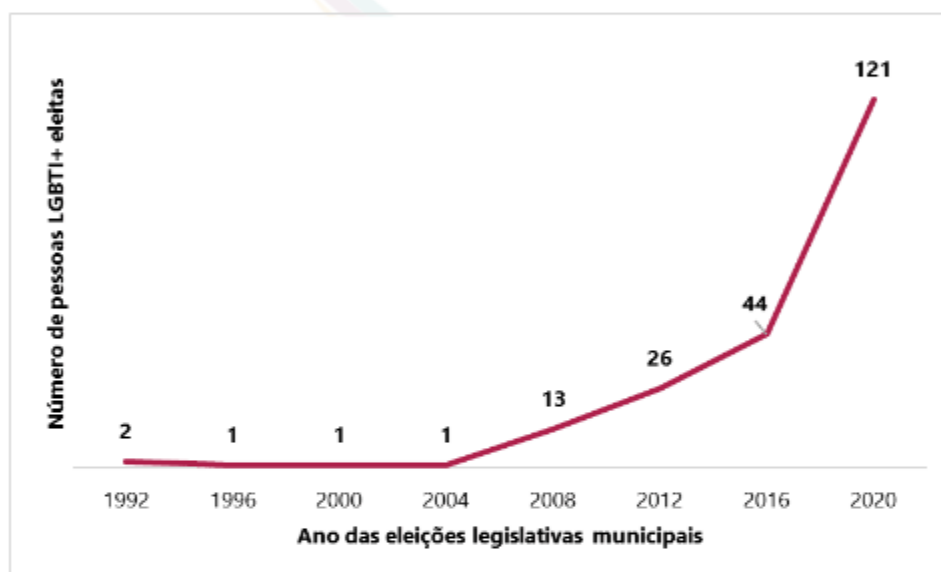
Eleições legislativas municipais: reflexões sobre as vereadoras LGBTI+

Quando tratamos das eleições legislativas locais no Brasil, observamos uma história relativamente nova no campo da representação LGBTI+. No levantamento

¹³ De 293 candidatas analisadas, 41,6% concentraram-se na região Sudeste (SANTOS, 2016).

realizado, identificamos as primeiras pessoas eleitas em 1992. Esse número diminuiu nas três eleições seguintes e, a partir daí, acompanhamos um processo de crescimento. Nas eleições de 2008, elegemos 13 pessoas LGBTI+, número que chegou a 26 em 2012, 44 em 2016 e 121 pessoas em 2020 (GRÁF. 1).

Gráfico 1: Evolução da representação LGBTI+ no Brasil (1992-2020)



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

A partir dos dados apresentados acima, torna-se importante trazer pelo menos três reflexões, sendo elas sobre: (i) o início da contabilização via organizações da sociedade civil; (ii) as eleições de 2012; e, por fim, (iii) a relação entre o aumento de pessoas LGBTI+ eleitas e as inovações democráticas em 2020. No que tange ao primeiro ponto, encontramos dados computados por organizações, como o Grupo Gay da Bahia que datam de 1996. A partir desse ano, diversos veículos midiáticos passam a divulgar listas de pré-candidatas LGBTI+ e pessoas eleitas tanto para a vereança como nas prefeituras.

Por meio de levantamento documental realizado pelo autor, observamos um aumento significativo de candidaturas a cada eleição, mas o número de eleitas entre os anos de 1992 e 2004 permaneceu baixo. Acredito que esse fato pode ser explicado por alguns fatores, como a dificuldade de construção de dados e acesso a essas informações, que se justificavam pelo baixo grau de conectividade entre ativistas e os territórios em um momento em que a internet não era de livre acesso, o que pode ter feito com que muitas informações tenham sido perdidas e as pessoas eleitas não contabilizadas.

Por outro lado, podemos destacar que no Brasil passou a se discutir e produzir política para a população LGBTI+ no início dos anos 2000. Isso nos permite levantar a hipótese de que a produção de políticas públicas impacta diretamente na realidade dessas agentes sociais e produz como efeito algum grau de naturalização sobre seus corpos, rompendo (mesmo que parcialmente) com preconceitos e estigmas relacionados ao segmento. Esse cenário possibilitaria uma certa aceitação da sociedade em geral a respeito das pessoas LGBTI+, o que poderia garantir seu sucesso eleitoral, em conformidade com os dados apresentados a respeito do aumento do número de pessoas eleitas na segunda metade dos anos 2000¹⁴.

Por mais que seja possível observar um aumento relativamente significativo de pessoas eleitas em 2008, acreditamos que muitos dados tenham sido perdidos e que outras pessoas LGBTI+ possam ter sido eleitas e não contabilizadas pelas organizações sociais. A não contabilização pode estar relacionada ao receio de assédios e ataques contra essas pessoas. Essa discussão nos leva ao segundo ponto de reflexão. Diversas

¹⁴ Outro fator importante de ser destacado está relacionado ao caso de Jean Wyllys. O ex-deputado federal participou da quinta edição do Big Brother Brasil, o que garantiu uma alta exposição midiática e a construção de um capital midiático que impulsionou a sua entrada na política institucional. O ponto central desse caso está no aumento de visibilidade e presença de indivíduos com sexualidades e identidades dissidentes na esfera pública por meio da televisão e da mídia em geral. A participação de Jean criou uma ponte, em nível nacional, que englobou e trouxe para a discussão a realidade das pessoas LGBTI+ no Brasil. A visibilidade rompe com paradigmas e impacta na construção de políticas públicas e outras ações voltadas para a comunidade LGBTI+ - como impulsionamento de candidaturas e pessoas eleitas.

autoras, como Natividade (2016), Corrêa e Kalil (2020) e Miskolci e Campana (2017), apontam que no Brasil as ações neoconservadoras passaram a ganhar terreno mais intensamente a partir da Era Lula e das eleições presidenciais de 2010.

O espaço conquistado por agentes conservadores afeta a formulação e implementação de políticas específicas para o segmento LGBTI+, como o “Escola sem Homofobia” já citado, e podemos considerar que impacta no processo de decisão sobre tentar ou não entrar na política institucional. Assim, acreditamos que o aumento expressivo de pessoas LGBTI+ eleitas em 2012 representa o início de uma estratégia do movimento de ocupar espaços políticos locais para resistir e conter o apagamento de direitos conquistados. Interessante apontar que o aumento no número de candidatas também aumenta a pluralidade de quem tenta se eleger. Vemos por exemplo tanto LGBTI+ progressistas como de partidos conservadores e cristãos, que defendem e que negam direitos.

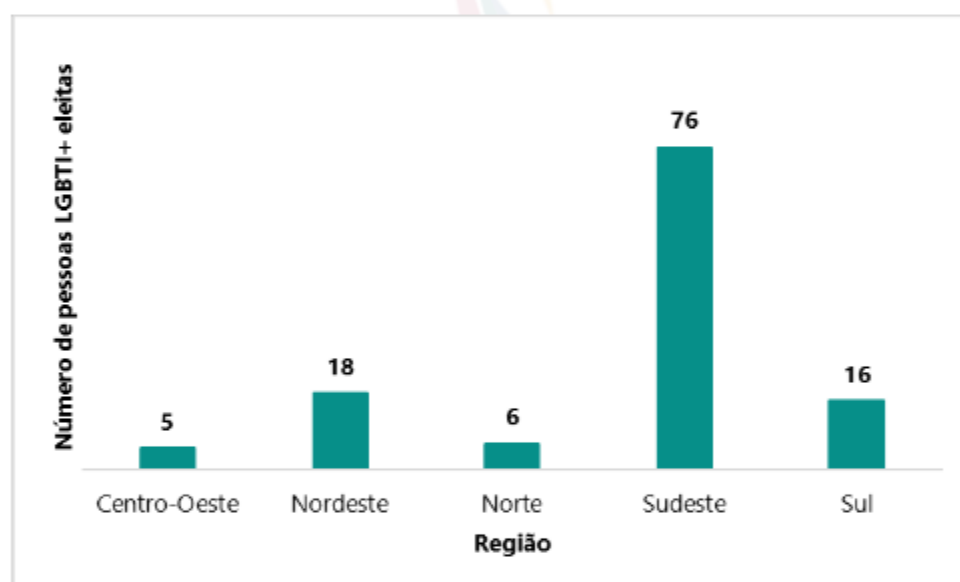
Por fim, na terceira dimensão de reflexão, é importante pontuar que o ano de 2020 parece representar um marco no que tange à entrada na institucionalidade das pessoas LGBTI+. A eleição de 121 pessoas LGBTI+ visibilizou a adoção de estratégias plurais adotadas por essas agentes que buscaram, na maior parte dos casos, se conectar com o eleitorado e estabelecer uma forma de representação mais próxima e comprometida com setores sociais. Os mandatos coletivos foram uma das inovações democráticas mobilizadas por essas agentes.

Nas eleições de 2020, pelo menos 18 pessoas LGBTI+ foram eleitas por meio de 11 movimentações coletivas. Tais candidaturas se concentraram na região Sudeste (8) e Nordeste (3), estando ligadas majoritariamente a partidos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Há, também, casos de mandatos coletivos eleitos por partidos de centro-direita e direita, como o Partido da

Social-Democracia Brasileira (PSDB), CIDADANIA e o PODEMOS – todos eleitos na região Sudeste¹⁵.

A região de eleição das pessoas LGBTI+ também merece atenção. Se as primeiras pessoas eleitas em 1992 foram da região Nordeste, de 2008 em diante, observamos uma mudança de padrão e um aumento exponencial de pessoas eleitas na região Sudeste. No gráfico abaixo, por exemplo, vemos a relação entre o número de pessoas LGBTI+ eleitas e região no ano de 2020 (GRÁF. 2).

Gráfico 2: Relação entre região e número de pessoas eleitas em 2020



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Se compararmos com as eleições de 2016, observamos um aumento no número de pessoas eleitas, principalmente na região Sudeste. Naquele ano, foram 22 pessoas LGBTI+ eleitas e em 2020 esse número passou para 76. No Nordeste, passou de 10

¹⁵ Refiro-me aos mandatos Dialogue (PODEMOS/SP), Representa Taubaté (CIDADANIA/SP) e o Coletivo Somos (PSDB/SP).

eleitas em 2016 para 17; no Norte, de 2 para 6; e no Sul, de 6 para 16. Esse crescimento, portanto, foi perceptível em todas as regiões, com exceção da região Centro-Oeste que manteve o número de cinco pessoas eleitas.

Podemos compreender o aumento e a centralidade de pessoas LGBTI+ eleitas na região Sudeste como um sinal de força dos movimentos sociais da região que conseguem mobilizar recursos, tanto em termos financeiros como de visibilidade. São Paulo, por exemplo, é a capital do estado e palco da Parada do Orgulho LGBT que é considerada o maior evento de diversidade do mundo, por reunir mais de 3 milhões de pessoas todos os anos. Essa maior visibilidade na região pode ser um dos vieses do levantamento, uma vez que, como esses movimentos estão mais atuantes e concentradas no Sudeste, temos acesso a mais informações da região, no entanto, mais pessoas podem ter sido eleitas em outras regiões e não conseguimos acessar esses casos¹⁶.

Outra reflexão importante de se pontuar é que, mesmo na região Sudeste, encontramos desigualdades internas. Enquanto os municípios do estado de São Paulo elegeram 39 pessoas LGBTI+, nos municípios do estado do Espírito Santo apenas uma vereadora foi eleita em 2020. O estado, no entanto, tem um histórico ligado ao movimento trans e inclusive elegeu, em 2004, 2008 e 2012, no município de Nova Venécia, Moa Sélia, filiada ao Partido Social-Democrata Cristão (PSDC) e, posteriormente, ao Partido da República (PR).

A questão partidária é um dado interessante em relação ao levantamento. Se compararmos com as eleições legislativas municipais passadas, nas eleições de 2020 observamos uma mudança na filiação partidária das eleitas. Nos anos anteriores, era comum encontrarmos pessoas LGBTI+ eleitas filiadas a partidos de direita e centro-direita, em conformidade com a terminologia adotada por Bruno Bolognesi, Ednaldo A. Ribeiro e Adriano Codato (2020) em pesquisa desenvolvida pelo

¹⁶ Podemos argumentar também que o aumento de pessoas LGBTI+ eleitas na região Sudeste pode estar relacionadas a uma maior concentração de pessoas vivendo nessa região do país, sendo esperado esse aumento no número desses casos.

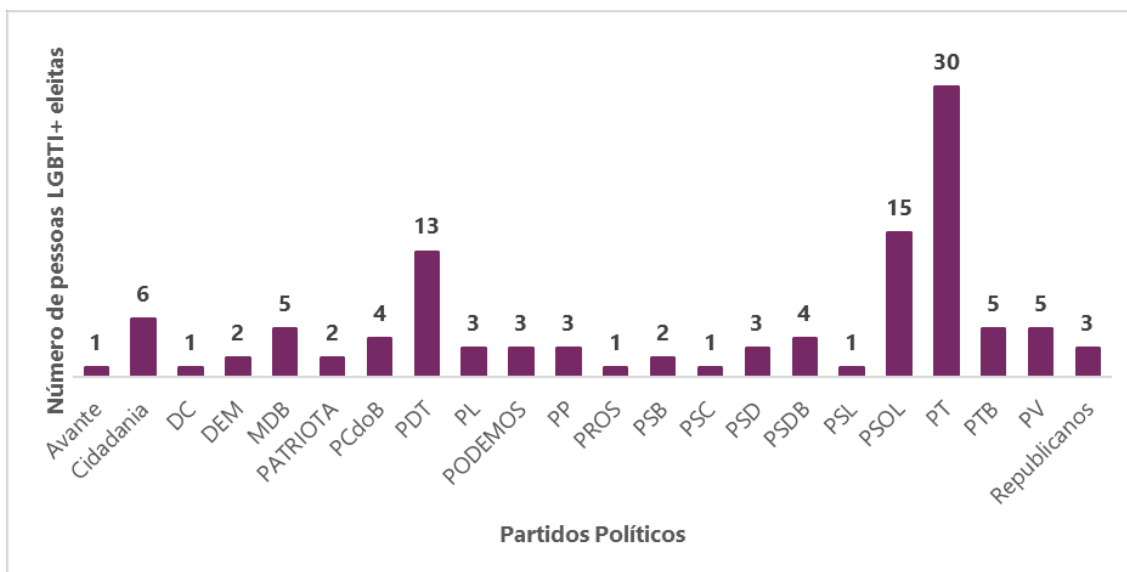
Observatório das Eleições. Nas eleições de 2016, por mais que fosse possível observar um maior número de candidatas concorrendo por partidos de esquerda, não foram exatamente essas pessoas que conseguiram se eleger.

Nesse sentido, é importante pontuar que as dinâmicas ideológico-partidárias que operam em nível estadual e federal não são as mesmas do nível municipal. Em muitas cidades, principalmente as do interior, existem uma série de fatores que impactam diretamente o processo eleitoral das candidatas. Podemos elencar aqui algumas, como a baixa presença de partidos com real estrutura competitiva, o caráter personalista das eleições locais e a influência dos arranjos familiares no processo político-eleitoral. (KERBAUY, 2005; ROCHA, KERBAURY, 2014)

Assim, o fato de estarem filiadas a partidos de direita ou centro-direita não significa necessariamente que essas parlamentares não sejam progressistas e nem que elas não estejam aliadas às lutas dos movimentos LGBTI+. Historicamente, diversas vereadoras LGBTI+ eleitas no interior do país, mesmo filiadas a partidos conservadores, apresentaram pautas que buscavam garantir reconhecimento e direitos ao segmento LGBTI+ como o uso do nome social, políticas de empregabilidade trans e de combate à violência LGBTIfóbica.

Além disso, a presença de seus corpos pode impactar diretamente nas dinâmicas deliberativas da esfera política, como demonstrado por Reynolds (2013). Assim, em âmbito local as dinâmicas partidárias apresentam outras roupagens que fogem da lógica ideológico-partidária de outros níveis de governo.

Gráfico 3: Partidos políticos que elegeram pessoas LGBTI+ (2020)



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Nas eleições de 2020, observamos uma alteração das dinâmicas partidárias. Partidos de esquerda e centro-esquerda elegeram um número maior de pessoas LGBTI+. Para além da filiação partidária, observamos um processo de politização das pautas LGBTI+, ou seja, muitas candidatas foram eleitas levantando pautas do movimento no que tange à busca e consolidação de direitos (MENDES; BARBABELA, 2021). Levantamos a hipótese de que o processo eleitoral passou a ser disputado de forma estratégica por agentes dos movimentos LGBTI+, que trazem suas pautas e demandas em uma tentativa de gerar resistência contra os retrocessos neoconservadores intensificados nas eleições presidenciais de 2018.

Por mais que acompanhamos a eleição de pessoas LGBTI+ comprometidas com as pautas dos movimentos, observamos um processo de cooptação por parte de estruturas partidárias que não se posicionavam sobre as temáticas. Em 2020, diversos partidos e agentes sociais, principalmente os conservadores, vimos a realização de um duplo processo. Por um lado, torna-se evidente a forma como os partidos políticos

instrumentalizaram as candidaturas LGBTI+, uma vez que, por conta do fim das coligações para as eleições proporcionais¹⁷, os partidos passaram a “apoiar” tais candidatas a fim de atrair votos para eleger candidatos do interesse dos agentes partidários (MENDES; BARBABELA, 2021).

Por outro lado, observamos que partidos que não discursavam sobre as temáticas de direitos LGBTI+ começaram a fazê-lo a partir de uma leitura e tradução conservadoras. Assim, observamos a defesa da eleição de pessoas LGBTI+ conservadoras para que direitos não fossem criados (MENDES; BARBABELA, 2021). Como exemplo, podemos citar os casos do vereador Fernando Holiday na cidade de São Paulo (SP) e da vereadora Jessião em Londrina (PR) – ambas eleitas com um discurso de lutar contra direitos (“privilégios”, a partir de seus pronunciamentos) e buscar um “tratamento igualitário para todos os cidadãos”.

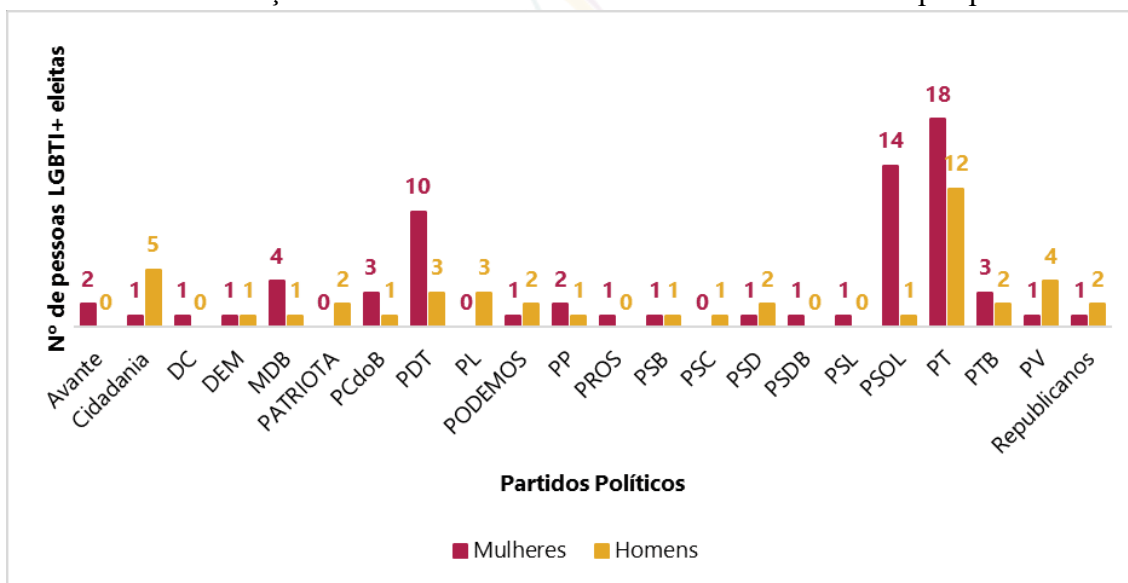
Além do aumento no número de pessoas eleitas em organizações partidárias de esquerda e centro-esquerda com pautas convergentes aos movimentos LGBTI+ progressistas em 2020, se compararmos o gênero das pessoas LGBTI+ eleitas por partido (GRÁF. 4), fica evidente o comprometimento dessas organizações com outras lutas sociais. Os três partidos políticos que mais elegeram pessoas LGBTI+ em 2020 foram o PT (30), PSOL (15) e o PDT (13). Em todos eles, mais mulheres foram eleitas em comparação a candidatos homens.

Esses números podem apontar para uma série de fatores que influenciam as dinâmicas eleitorais e garantem a eleição e representação de mulheres na política institucional, como o financiamento partidário, a adoção real de cotas de gênero e outras

¹⁷ No Brasil, o sistema eleitoral proporcional de lista aberta é adotado nas eleições para o Poder Legislativo em todas as esferas da federação, menos para o Senado. Nesse sistema, a candidata filiada a um partido recebe o voto do eleitorado, a sua eleição depende do quociente eleitoral (soma total de votos válidos dividido pelo número de cadeiras em disputa) e do quociente partidário (divisão do quociente eleitoral pelo número de votos válidos de cada partido ou coligação. Lembrando que no ano de 2020, não houve coligação para os cargos legislativos). O quociente partidário indica o número de cadeiras que cada partido obteve e que serão ocupadas pelas candidatas mais votados das listas de cada partido (PEREIRA; GELAPE, 2015).

ações de suporte e apoio a essas candidatas. O seguimento de tais regras muitas vezes está relacionado à maior institucionalização partidária, ou seja, quanto mais institucionalizado, com estatuto, regimento interno, regras bem definidas e com uma organização interna mais bem estruturada (FREIDENBERG; LEVITSKY, 2007), mais este garantiria o cumprimento das mesmas, o que levaria a um maior número de mulheres eleitas (MONZOY, 2011).

Gráfico 4: Relação entre número de mulheres e homens eleitas/os por partido*



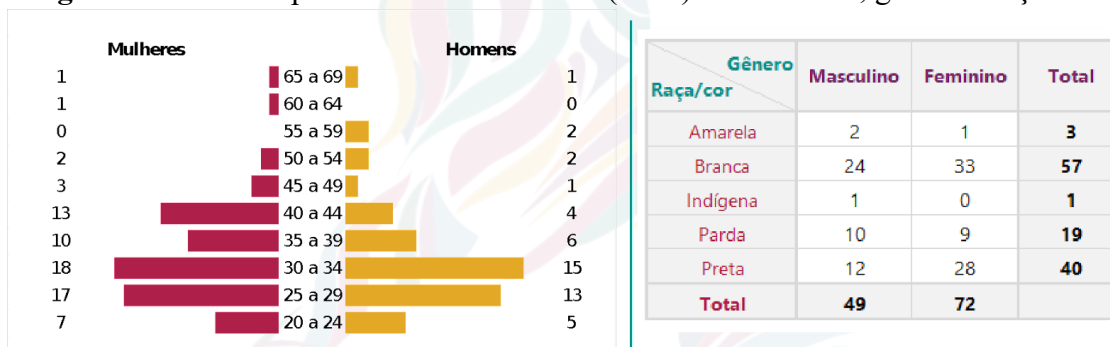
*Foram consideradas apenas vereadoras eleitas por candidaturas individuais e vereadoras que encabeçavam a candidatura coletiva.
Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Além do aumento no número de mulheres eleitas, se comparado com as eleições de 2016, observamos que, em 2020, ainda há a persistência de pessoas LGBTI+ brancas sendo eleitas (57), principalmente no Sul do país¹⁸. Nas últimas eleições (2020), no entanto, foi possível perceber um número significativo de pessoas que se identificam

¹⁸ O dado pode ser justificado a partir da existência de uma maior concentração de pessoas brancas vivendo no sul do país, sendo assim possível relacionar a existência de tal prevalência com a eleição de mais pessoas LGBTI+ brancas no sul.

como pardas (19) e pretas¹⁹ (40). O aumento no número de pessoas que se identificam como pretas pode estar relacionada com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinou que as verbas do fundo partidário deveriam ser distribuídas de forma proporcional e equânime para negras e brancas²⁰. Por mais que ainda apresente um caráter liminar, visto que a princípio seriam instituídas somente em 2022, a normativa vigorou nas eleições de 2020, estabelecendo uma relação direta com o gênero, uma vez que as verbas seriam distribuídas primeiro entre as candidatas e depois entre os candidatos do gênero masculino (MENDES; BARBABELA, 2021).

Figura 1: Perfil das pessoas LGBTI+ eleitas (2020): Faixa etária, gênero e raça/cor*



* Não foi possível acessar a idade e a autodeclaração de raça/cor de uma pessoa co-vereadora ao longo do processo de sistematização dos dados e escrita do artigo. A informação das pessoas vereadoras Cabeça de chapa de mandatos coletivos eleitos foram acessadas pelo site do TSE.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Outro ponto relevante em relação ao perfil das pessoas eleitas diz respeito à idade. A imagem 1 demonstra uma concentração de presença de vereadoras eleitas em duas faixas etárias, 25 a 29 anos e 30 a 34 anos. Assim, observamos um perfil diversificado de vereadoras eleitas marcadas por jovens mulheres principalmente se

¹⁹ Termo utilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral no que tange à identificação de raça/cor das candidatas, segundo definições do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

²⁰ Gostaria de pontuar aqui que identifico por meio de autoras como Vieira (2020) a existência de questões mais amplas que perpassam por autoidentificação, valorização da negritude e a atuações dos movimentos negros em nossa sociedade.

compararmos com o perfil médio de vereadoras eleitas no Brasil em 2020 cuja idade média é de 45 anos (MATOS, 2020). Para além dos dados e algumas reflexões tecidas sobre gênero, raça/cor e faixa etária, é importante destacar que em 2020 também foi eleito o primeiro vereador LGBTI+ indígena no Brasil, Noel Henrique (PDT) na cidade de Oiapoque (AP).

O ano de 2020 representou também um aumento no número de pessoas trans e travestis eleitas. Se em 2016, foram eleitas, segundo nosso levantamento, 11 mulheres trans e travestis, em 2020 esse número passou para 34. Cabe destacar que foram eleitas pela primeira vez homens trans, pessoas não binárias e uma vereadora travesti intersexo. Novamente, a maior parte dessas vereadoras estão filiadas a partidos de esquerda e centro-esquerda e estão concentradas na região Sudeste do Brasil. Além disso, a maioria das pessoas trans e travestis eleitas se declara como branca (19), seguidas pelas que se identificam como pretas (10), pardas (4) e amarela (1).

A raça/cor das vereadoras trans e travestis é um ponto interessante de ser destacado. Segundo levantamento realizado pela ANTRA (2020), por meio do estudo de 63 candidaturas de um total de 294, tornou-se possível perceber que a maior parte dessas agentes se identifica como negra (pretas ou pardas nos entendimentos da organização), ou seja, cerca de 69% das candidaturas eram de pessoas negras. Esse dado é contrastado com o número real de pessoas eleitas, mudando para um perfil majoritariamente branco.

Além disso, o número de vereadoras triplicou, de 11 para 34. No entanto, é importante mencionar que a eleição de vereadoras em 2020 representou a interrupção de candidatas que tentaram reeleição no legislativo municipal. Ou seja, das onze vereadoras eleitas em 2016 em todo o território nacional, apenas uma conseguiu garantir a sua reeleição. Como apontado por Mendes e Barbabela (2021), essa dinâmica se estabeleceu mesmo com algumas vereadoras terem conquistado um número expressivo de votos, principalmente em municípios do interior – o que acaba por corroborar nossa

argumentação sobre as compreensões e significados dessas candidaturas como sendo simbólicas e benéficas aos partidos políticos.

Por fim, torna-se interessante discutir a respeito dos municípios que elegeram pessoas LGBTI+ em 2020. Conforme os dados apresentados no Quadro 1, foram eleitas 26 vereadoras LGBTI+ em 12 capitais brasileiras, ao passo que, nas cidades interioranas, foram eleitas 95 pessoas LGBTI+. Esse cenário apresenta novas dinâmicas de representação política que aquelas de anos anteriores, assim, acredito ser necessário apresentar uma breve comparação com as eleições de 2016.

Quadro 1: Relação tipo de municípios por número de pessoas LGBTI+ eleitas (2016 e 2020)

Tipo de município	Número de pessoas LGBTI+ eleitas em 2016	Número de pessoas LGBTI+ eleitas em 2020
Capital	8	26
Interior	37	96

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

De forma geral, observamos nas eleições de 2016 uma preponderância de pessoas LGBTI+ eleitas nas cidades do interior do país. Nessas localidades, como já exposto em outro momento, haveria uma série de fatores, como uma maior proximidade entre as candidatas com o eleitorado, a existência de dinâmicas locais que perpassam por experiências de raça, classe, geração e, principalmente, família, e que permeiam as relações com essas agentes possibilitando sua eleição. Esse dado é interessante uma vez que existe a percepção de que as capitais seriam lugares mais abertos para pessoas LGBTI+ e suas propostas.

Porém, não era bem essa a dinâmica percebida. Como exemplo, temos a cidade de São Paulo que, em 2016, elegeu o primeiro vereador LGBTI+ negro filiado a um partido de direita com pautas conservadoras. Enquanto isso, no interior, diversas

idades de pequeno e médio porte passaram a eleger pessoas LGBTI+, muitas delas com pautas progressistas e em convergência com os movimentos LGBTI+.

Em 2020, essa dinâmica muda. Por mais que ainda haja mais pessoas LGBTI+ eleitas no interior e com muitos municípios elegendo mais de uma vereadora LGBTI+, as capitais aumentaram expressivamente o número de pessoas eleitas. As 26 vereadoras foram eleitas em 12 capitais brasileiras, um número superior às eleições anteriores que elegeram 8 vereadoras de seis capitais. Em 2020, foram eleitas em Belo Horizonte (7), São Paulo (6), Belém, Rio de Janeiro e Natal (duas vereadoras em cada município), Aracaju, Campo Grande, Florianópolis, Fortaleza, Porto Alegre, Salvador e São Luís (uma vereadora em cada município).

O levantamento nos permite pensar a respeito da diversidade e das múltiplas dimensões que perpassam as vivências das vereadoras LGBTI+ que adentram a política institucional em 2020. Fatores como gênero, raça/cor, faixa etária, partido político e outros demonstram os paradoxos de um cenário pouco conhecido, mas extremamente rico no que tange à representação política LGBTI+ no Brasil. Além disso, o aumento expressivo no número de eleitas aponta para um novo enquadramento no que se refere à institucionalidade, que tem sido entendida enquanto uma esfera de luta e reivindicação de direitos para o segmento.

Apontamentos finais

Busquei situar, a partir da apresentação de dados e reflexões sobre as eleições legislativas municipais de 2020, os dilemas que envolvem a realidade e a representação de pessoas LGBTI+ na política institucional. Os estudos sobre a Política LGBTI+, ou seja, a área que busca compreender as dinâmicas que perpassam por voto, representação política e ativismos de pessoas LGBTI+ na institucionalidade, ainda são iniciais no Brasil.

Assim, além da ausência de pesquisas acadêmicas sobre a temática, há uma inexistência de dados produzidos por órgãos oficiais do Estado brasileiro no que tange à identificação de candidatas a partir de suas orientações sexuais e identidades de gênero. Esse cenário nos exigiu recorrer a outras estratégias de construção de informações, a partir do entrecruzamento de produções de movimentos sociais, que se mostraram ricas e desafiadoras ao longo do desenvolvimento da presente pesquisa.

Muito mais do que a seleção de informações disponibilizadas no site do TSE, os apontamentos construídos nos remetem à reflexão sobre as diferentes trajetórias e perfis que compõem as pessoas LGBTI+ que buscam adentrar a arena política. Nesse sentido, o ano de 2020 representou uma mudança, não somente, na forma como as temáticas de orientação sexual e identidade de gênero foram trabalhadas por agentes políticos no processo eleitoral, como também, na alteração do perfil das vereadoras eleitas. Toda a explicação e reflexão desenvolvida ao longo do artigo sobre o panorama geral da eleição de pessoas LGBTI+ no Brasil para o cargo de vereadora enquadra-se como um importante ponto de partida para compreendermos as singulares experiências dessas agentes na política institucional.

Os dados produzidos e apresentados ao longo do texto devem ser entendidos enquanto uma primeira tentativa de compreensão de um campo quase inexplorado nas ciências sociais brasileira. A partir dessa base é possível indicar para outros rumos no que se refere a formulação de pesquisas que busquem compreender as barreiras de acesso e permanência de pessoas LGBTI+ nas instâncias do Estado, as relações entre as pessoas LGBTI+ e os partidos políticos e a ocupação de cargos majoritários em nível local, estadual e federal. Além disso, podemos atentar para questões que envolvem recrutamento partidário e financiamento de campanha; entender como os capitais, segundo a linguagem bourdiana, afetam o processo de entrada na institucionalidade; a construção da ambição política; a mobilização de inovações democráticas para o sucesso eleitoral, assim como outras questões que atravessam a vivência dessas agentes.

Esse é apenas um recorte parcial, a ser ampliado em investigações futuras, que compõe um retrato ainda maior e complexo sobre as pessoas LGBTI+ que fazem parte hoje da política institucional local brasileira. Essa agenda de pesquisa é rica e de suma importância para entendermos a fundo os processos em curso nas democracias liberais contemporâneas e nas dinâmicas de permanência e pluralidade de indivíduos em espaços legislativos.

Referências

- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lisandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados** [online]. v. 57, n. 2, 2014.
- ALESP. **Morre ex-deputado João Baptista Breda**. São Paulo, 22 de janeiro de 2016. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=369626>>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- ANTRA. **Mapeamento de candidaturas de travestis, mulheres transexuais, homens trans e demais pessoas trans em 2020**. Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/11/lista-final-15nov2020-1.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- BEZERRA, Mirthyani. 26 candidatos ligados a causas LGBTs são eleitos; prefeito gay é ofendido. **Uol eleições 2016**. 2016. Disponível em: <bit.ly/2H6mCeP>. Acesso em: 06 ago 2019.
- BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo A.; CODATO, Adriano. Esquerda, centro ou direita? Como classificar os partidos no Brasil. **Uol**. 24 nov. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/observatorio-das-eleicoes/2020/11/24/esquerda-centro-ou-direita-como-classificar-os-partidos-no-brasil.htm>>. Acesso em: 24 mar. 2021.
- BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. (Org.). **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- COLAÇO, Rita. Renildo José dos Santos: 19 anos de impunidade - Homofobia ou silenciamento? **Memórias e Histórias das homossexualidades**. 9 jul. 2012. Disponível em: <<https://memoriamhb.blogspot.com/2012/07/renildo-jose-dos-santos-19-anos-de.html>>. Acesso em: 24 mar 2021.
- CORRÊA, Sônia; KALIL, Isabela. **Políticas antigênero em America Latina: Brasil**. Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política, 2020.
- COSTA, Bruno. Quem são os LGBTs eleitos em 2018. **Vice**. 2018. Disponível em: <bit.ly/2YtMXxX>. Acesso em: 01 ago de 2019.
- DE LA DEHESA, Rafael. **Queering the public sphere in Mexico and Brazil: sexual rights movements in emerging democracies**. Durham and London: Duke University Press, 2010.
- FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FREIDENBERG, Flavia; LEVITSKY, Steve. Organización informal de los partidos en América Latina. **Desarrollo Económico**, v. 46, n. 184, 2007.
- GONTIJO, Fabiano. Kátia Tapety: ora mulher, ora travesti? Gênero, sexualidade e identidades em trânsito no Brasil. **Cad. Pagu** [online]. n.43, 2014.
- GREEN, James N.. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

- HAIDER-MARKEL, Donald P. **Out and Running: gay and lesbian candidates, elections and policy representation.** Washington D.C.: Georgetown University Press, 2010.
- KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. **OPINIÃO PÚBLICA**, v. XI, n. 2, 2005.
- MANSBRIDGE, J. Should blacks represent blacks and women represent women? A contingent “yes”. **The Journal of Politics**, v. 61, n. 3, 1999.
- MATOS, Thaís. Perfil médio do vereador eleito no Brasil é homem, branco, casado, com ensino médio completo e 44 anos. **G1**. 2020. Disponível em: <encurtador.com.br/cuFY2>. Acesso em: 05 ago de 2021.
- MENDES, Bárbara; BARBABELA, Pedro. TRANSformar a política: notas sobre a representação política de pessoas travestis e transexuais eleitas em 2020. **Sexuality Policy Watch**. 10 abr. 2021. Disponível em: <encurtador.com.br/gxMP1>. Acesso em: 06 ago de 2021.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Soc. estado**. [online]. v. 32, n. 3, 2017.
- MONZOY, Andira. **Equidad de género y democracia interna de los partidos políticos: políticas partidistas para la inclusión política de las mujeres en América Latina.** México: Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación, 2011.
- MORANDO, Luiz. Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963-1969). In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. (org.) **Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade.** São Carlos: EdUFSCar, 2018.
- MOTTA, Jose Inacio Jardim. Sexualidades e políticas públicas: uma abordagem queer para tempos de crise democrática. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 40, p. 73-86, 2016.
- NATIVIDADE, Marcelo. **Margens da Política: estado, direitos sexuais e religiões.** Rio de Janeiro: Garamond, 2016.
- PEREIRA, Cleyton Feitosa. **Direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em Pernambuco: o caso do Centro Estadual de Combate à Homofobia.** Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos). Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 2016.
- PEREIRA, Rodolfo Viana; GELAPE, Lucas de Oliveira. Anacronismo do sistema proporcional de lista aberta no Brasil: o caso das razões originárias de sua adoção. **Revista de informação legislativa**, ano 52, nº 205, 2015
- PHILIPS, Anne. **The Politics of Presence.** Oxford: Oxford University Press, 1998.
- REYNOLDS, Andrew. Representation and Rights: The Impact of LGBT Legislators in Comparative Perspective”. **American Political Science Review**, v. 107, n. 2, 2013.
- ROCHA, Martha; KERBAUY, Maria Tereza Miceli (Orgs). **Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014.
- SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Diversidade sexual, partidos políticos e eleições no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, no 21. Brasília, setembro - dezembro de 2016.
- TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil - Da colônia à atualidade.** 4 ed. rev. atual. e amp. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.
- VIANNA, Cláudia Pereira. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 791-806, 2015.
- VIEIRA, Rebecca. **“Fundo do Poço de mulher preta tem mola”:** uma etnografia de caso do Fórum Municipal de Mulheres Negras de Niterói. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal Fluminense, Niterói: 2020
- YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and democracy.** Oxford: Oxford University Press, 2002.
- YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova** [online]. n.67, pp.139-190, 2006.

The dilemmas of LGBTI + political representation: notes on the 2020 municipal legislative elections in Brazil

Abstract: In the last few years, we have seen a timid but significant increase in LGBTI + people occupying elective positions of power. According to a survey carried out by the author, the year 2012 was marked by the election of 27 people, the number increased to 44 in 2016 and in 2020 121 people were elected LGBTI + councilors in Brazil. Thus, the purpose of this article is to present data and some interpretations regarding the representation of LGBTI + people who occupy elective positions in the City Councils in Brazil. The data were built during the electoral process in 2020 through the intercrossing of databases of various civil society organizations, political parties and through the monitoring of some cases. The different contexts in which LGBTI + people who occupy institutional spaces are inserted point to a potential for analyzes and understandings of realities that are made invisible and erased by studies in Brazilian Political Science.

Keywords: LGBTI+ Political Representation; City Council; 2020 elections; Brazil.

Recebido: 01/05/2021
Aceito: 10/08/2021